

FERREIRA, Daniela A., Arqueologia Histórica em Contextos Industriais e as “Cidades na Floresta”: possibilidades de pesquisa na Amazônia brasileira. Clio Arqueológica, 2024, V39 N1, p. 4-32
<https://doi.org/10.51359/2448-2331.2024.266345>

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM CONTEXTOS INDUSTRIAIS E AS “CIDADES NA FLORESTA”
POSSIBILIDADES DE PESQUISA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

HISTORICAL ARCHAEOLOGY IN INDUSTRIAL CONTEXTS AND THE “CITIES OF THE FOREST”
RESEARCH POSSIBILITIES IN THE BRAZILIAN AMAZON

Daniela Aparecida Ferreira¹

<https://orcid.org/0000-0002-1451-2037> / ferreiraapdaniela@gmail.com

¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Superintendência no Estado do Pará, Belém, Pará

RESUMO

A partir das pesquisas arqueológicas realizadas nas cidades operárias de Fordlândia e Belterra (Pará), neste artigo, pretendo chamar atenção para o patrimônio industrial localizado na Amazônia brasileira e, com isso, sustentar a posição de que pesquisas arqueológicas históricas em cidades industriais, ou “cidades na floresta”, que guardam em suas trajetórias os conflitos contemporâneos relacionados aos direitos à terra, à exploração até o esgotamento de recursos, à precarização do trabalho e ao controle sobre as comunidades tradicionais e os povos da floresta, podem contribuir para uma melhor compreensão das transformações vivenciadas na região e dos impactos gerados pela implantação dos grandes projetos industriais.

Palavras-chave: Arqueologia industrial; Arqueologia Amazônica; Cidades na floresta.

ABSTRACT

This article is based on archaeological research conducted in the company towns of Fordlândia and Belterra, in the Brazilian state of Pará. It aims to draw attention to the industrial heritage located in the Brazilian Amazon. It supports the argument that historical archaeological research in industrial towns - or "forest towns" – can contribute to a better understanding about transformations experienced in the region and the impacts generated by the implementation of large-scale industrial projects. These towns encapsulate contemporary conflicts related to land rights, resource exploitation to the point of depletion, labor precarity, and control over traditional communities and forest people in their trajectories.

Keywords: Industrial Archaeology; Amazonian Archaeology; Cities in the forest.

INTRODUÇÃO

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Amazônia brasileira remontam ao século XIX e estão conectas à criação e à atuação de duas instituições de pesquisa do Brasil: o Museu Nacional² e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)³, pioneiros e duas das maiores instituições de pesquisa do país, com reconhecida contribuição em âmbito nacional e internacional (Gomes, 2020; Barreto, 1992; Sanjad, 2005; Crispino et al., 2006; Pereira, 2009; Galúcio e Prudente, 2019).

Como afirma Costa (2017), essa longa tradição de pesquisas arqueológicas na região direciona maior atenção aos contextos mais antigos. Pesquisas com foco em contextos posteriores ao processo de colonização europeia até os períodos mais recentes são, em sua maioria, desenvolvidas em sítios religiosos (Lopes 1999 e 2013; Correa, 2007) e militares (Lucena, 1993; Magalhães, 2006; Andrade, 2006; Albuquerque, 2008; Albuquerque e Lucena, 2010; Lopes, 2011; Marques e Malheiro, s/d) e, em pequena parte, em engenhos (Anderson e Marques, 1992; Marques, 1993 e 2004; Martins, 2015; Costa, 2018), em arqueologia urbana (Correa e Iribarrem, 2009; Symanski e Gomes, 2012; Gomes, 2013; Seabra, 2019 e 2020; Seabra e Pina, 2023; Gomes, 2024), em contextos de diáspora africana (Moraes, 2012; Costa, 2016a e 2016b; Py-Daniel et al., 2023), em contexto cemiterial (Tavares e Santi, 2023; Santos, 2023) e locais relacionados aos períodos da ditadura e repressão (Lino e Andrade, 2023).

Pesquisas mais recentes realizadas nas cidades operárias da Companhia Ford, Fordlândia e Belterra, localizadas no estado do Pará (Ferreira e Allen, 2024a e 2024b), aqui percebidas como “cidades na floresta” (Trindade Junior, 2010), evidenciam que a arqueologia aplicada em contextos mais contemporâneos⁴ e industriais ainda é um campo de pesquisa pouco explorado na região.

Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo chamar atenção para os remanescentes industriais localizados na Amazônia brasileira, em especial para aqueles construídos a partir do século XX e, assim, sustentar a posição de que pesquisas arqueológicas em contextos contemporâneos industriais e, para o caso em específico, nas “cidades na floresta”, que tenham como base as perguntas centrais da Arqueologia Histórica, do Capitalismo e Industrial, podem contribuir para melhor compreender as

² O Museu Nacional foi criado em 1818 e, atualmente, é integrante da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

³ O Museu Paraense Emílio Goeldi foi fundado em 1866 no município de Belém/PA. Atualmente, é vinculado à estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Além do Campus de pesquisa e do Parque Zoobotânico localizados em Belém, conta ainda com a Estação Científica Ferreira Penna, localizada na Floresta Nacional do Caxiuanã, no estado do Pará.

⁴ Como contemporâneo, para este artigo, é compreendido o contexto histórico que se relaciona às transformações nas relações em decorrência da consolidação do capitalismo viabilizada pelos avanços nos processos de industrialização, em especial àqueles observados e experienciados, mais profundamente no contexto desta pesquisa, a partir do século XIX.

transformações vivenciadas na região, a dinâmica das cidades e os impactos do avanço do capitalismo sobre as paisagens e as comunidades em decorrência da implantação dos grandes projetos industriais.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM CONTEXTOS INDUSTRIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DAS “CIDADES NA FLORESTA”⁵

No final de 2018, tive a oportunidade de conhecer Fordlândia e Belterra, duas cidades operárias localizadas no estado do Pará⁶. No ano seguinte, iniciei uma pesquisa arqueológica, avançando para a tese de doutorado em fase de conclusão e, com isso, me direciono para dar novos passos diante de um potencial de pesquisa ainda em aberto.

Entre as narrativas predominantemente contadas sobre Fordlândia e Belterra, é fácil encontrar a indicação, principalmente em relação a Fordlândia, como a materialização de um sonho fracassado de Henry Ford de controlar, povoar, desenvolver e urbanizar parte da floresta amazônica localizada às margens do Rio Tapajós (Figura 1).

⁵ A discussão aqui apresentada foi ampliada e parte dela pode ser verificada no capítulo 1 da minha tese de doutorado intitulada “Entre moça [criada] e meninas [mal] criadas: uma arqueologia da “mulher solteira” em Fordlândia e Belterra (1927-1945)”, a ser defendida no Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação do Professor Doutor Scott Joseph Allen.

⁶ Com o objetivo de disputar o controle da produção da borracha necessária para a produção de seus automóveis, no final da década de 1920, a Companhia Ford iniciou a construção de Fordlândia, o primeiro projeto de cidade operária da referida empresa na região do Baixo Rio Tapajós. Em 1934, apesar de Fordlândia já contar com a estrutura urbana básica, a plantação das seringueiras não respondia ao que era esperado, o que levou a empresa a renegociar com o governo brasileiro uma nova porção de terras, iniciando assim a instalação das Plantações Ford Belterra. Atualmente, Fordlândia é um distrito no município de Aveiro (PA), e Belterra é um município emancipado de Santarém (PA) desde 1995.



Figura 1: Exemplos de matérias divulgadas na internet sobre Fordlândia.

Em oposição ao discurso de cidade fantasma/ abandonada, algo que permanece evidente durante esses anos de pesquisa é que ambas as áreas, vivas e ocupadas, possuem contextos arqueológicos complexos que guardam remanescentes de ocupações, tanto mais antigas⁷, como as estruturas relacionadas ao período de administração da Companhia Ford, ainda em uso, e que são reconhecidamente percebidas pelas comunidades como patrimônio cultural (Lima, 2019) passível de estudo e de ações de preservação⁸.

Na perspectiva do patrimônio, o estudo das memórias e dos remanescentes materiais que remetem aos processos de industrialização está inserido nas discussões acerca do patrimônio cultural industrial (Meneses, 1988; Kühl, 2006, 2008 e 2010; Azevedo, 2010; Rodrigues, 2011; Meneguello,

⁷ Em consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SIGC/IPHAN), foi verificado que, atualmente, apenas os municípios que correspondem às antigas áreas de concessão da Ford, mantém o cadastro de 465 sítios arqueológicos conhecidos e georreferenciados, sendo que: 14 estão localizados em Aveiro; 143 em Altamira; 54 em Belterra; 96 em Itaituba; 23 em Rurópolis e 135 em Santarém. Em grande maioria, os sítios apresentam descrição similar e caracterizada pelo contexto pré-colonial, com evidência de Terra Preta Arqueológica e fragmentos cerâmicos e material lítico, em superfície e em profundidade, muitos deles com remanescentes humanos e em territórios considerados sagrados pelos povos indígenas que disputam sua permanência na região.

⁸ No campo da preservação, houve um oneroso processo de tombamento em nível federal (consulta pública - SEI IPHAN n. 01458.002985/2010-82) pelo qual as duas áreas foram submetidas e que tramitou junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde a década de 1980. Em 2024, foi emitido parecer definitivo onde o pedido de tombamento foi indeferido. Além da questão do tempo, o debate mais amplo sobre a aplicação do tombamento enquanto instrumento de proteção passou por transformações importantes em relação à atribuição do valor cultural. Além disso, para o caso dos projetos da Ford no Tapajós, questões fundiárias implicaram em boa parte do processo e, a materialidade foi observada predominantemente a partir dos bens edificados e da arquitetura. Em todo o processo, houve apenas uma manifestação onde foi indicado que tanto Fordlândia como Belterra apresentam alto potencial arqueológico.

2011 e 2012; Rodrigues da Silva 2018). Essa tipologia de patrimônio é compreendida como “os vestígios da cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico” e que “englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas”, assim como os “locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação” (TICCIH, 2003).

Na Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003), o patrimônio industrial está vinculado à Arqueologia Industrial, sendo percebida como

um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (TICCIH, 2003).

De acordo com Rodrigues da Silva (2018), o patrimônio industrial possui uma ampla abrangência e pode ser percebido em variados contextos e em uma multiplicidade de formas de representação, onde o valor e as formas de perceber o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, são considerados de forma integrada.

Essa percepção ampliada e integrada sobre o patrimônio industrial dialoga com as discussões sobre o conceito mais amplo de patrimônio cultural (Castriota, 2009; Chuva e Nogueira, 2012), havendo, cada vez mais, a necessidade de congregar diferentes perspectivas e interesses, individuais e coletivos, no debate sobre a preservação e a produção de conhecimento científico a respeito dos bens e as experiências vivenciadas nas paisagens relacionadas.

Na perspectiva em que o patrimônio cultural, no caso específico o patrimônio industrial, é percebido de forma mais integrada, considerando não apenas o aspecto material, mas também a dimensão imaterial, Meneguello (2011) argumenta que quando há uma associação entre os espaços de trabalho e a memória das/dos trabalhadoras/es, de seus dependentes, e da comunidade afetada pelos projetos industriais, o patrimônio industrial relacionado tende a ocupar um lugar importante no “debate político e civil”, sobretudo em relação à memória histórica e social do trabalho.

Entre os extremos “preservar” e “preservar para quê/ para quem”, há uma complexidade de relações, transformações e interesses em disputa que podem ser percebidos a partir do estudo crítico desta tipologia de patrimônio cultural.

Nesse cenário, a construção das narrativas que compõem o discurso da preservação deve questionar perspectivas que tendem a valorizar um passado romântico. A partir dos remanescentes dos contextos industriais, abre-se um caminho interessante para problematizar as transformações e a precarização das relações de trabalho, as violências e os processos de expropriação que viabilizaram a instalação dos projetos em benefício do controle do Estado apensado aos interesses privados e empresariais nacionais ou, como no caso exemplificado nas cidades operárias da Ford no Pará, estrangeiro.

Alinhado a esta leitura crítica sobre a prática da arqueologia industrial e dos remanescentes industriais como patrimônio cultural, empreendimentos de caráter prioritariamente desenvolvimentista, como Fordlândia e Belterra, também guardam em suas trajetórias os conflitos contemporâneos relacionados aos direitos à terra, à precarização do trabalho e, com agravante na região amazônica, à exploração até o esgotamento de recursos e ao controle sobre os povos da floresta⁹ que, por sua vez, não têm reconhecidas as suas formas próprias de organização e reprodução social.

Quando direcionamos o olhar para Amazônia, estudos arqueológicos realizados em contextos mais recentes têm o potencial de evidenciar a transformação das paisagens e das relações, bem como trazer à luz processos de deslocamentos espontâneos ou forçados que, por sua vez, podem se conectar às reivindicações de grupos marginalizados por seus direitos à terra e à memória. Dessa maneira, a arqueologia deixa de ser uma disciplina com olhos focados no passado e, como ação política (McGuire, 2008; Soares, 2023), se torna uma ferramenta ativa na construção de futuros mais justos e inclusivos.

A construção do conhecimento científico não é um processo neutro e, nesse contexto, a arqueologia, percebida aqui como alternativa científica para elaborar interpretações sobre o passado no presente (Silva, 2011), deve estar apoiada em uma perspectiva crítica (Benavides, 2011; Zarankin e Roberto Pellini, 2012; Rocha, et al., 2013), de forma a desmascarar as desigualdades, naturalizadas por precedentes historicamente criados e articulados com formas de representações ideológicas utilizadas para disfarçar a arbitrariedade da ordem social (Leone, 1984; Leone et al., 2021).

Ao tomar como base o potencial de estudos arqueológicos em contextos mais recentes na região amazônica, sobretudo em relação aos remanescentes industriais do século XX, o conceito de “cidades na floresta” tem provocado reflexões que são interessantes para a pesquisa arqueológica em contextos nos quais é possível analisar os impactos da industrialização.

⁹ Como “povos da floresta”, compreendemos os grupos sociais tradicionais da floresta amazônica, tais como indígenas, seringueiros, ribeirinhos, beiradeiros e quilombolas, que têm como modo de vida uma relação de extração de produtos da floresta e agricultura de subsistência. São detentores de conhecimentos específicos que possibilitam uma relação com a floresta que não está baseada na destruição e, ao contrário, contribuem diretamente para a diversidade e proteção ambiental.

O conceito de “cidade na floresta” foi trabalhado por Trindade Junior (2010) a partir das colocações de Milton Santos (Castro, Moura e Maia, 1995) em um momento em que Santos situava os grandes projetos, ou “grandes objetos” instalados na Amazônia, como *“parte de um sistema de ações em nível global e que imprimiram uma nova dinâmica territorial àquela região”*. O autor buscou compreender como os grandes empreendimentos, instalados, sobretudo a partir da década de 1960, impactaram (e ainda impactam) o contexto da Amazônia Oriental, representada pelos estados do Pará, Amazonas, parte do Tocantins e do Maranhão, em comparação à Amazônia Ocidental.

Essa dinâmica de exploração do território percebido mais profundamente na Amazônia Oriental deve-se, em grande parte, à forte presença de frentes de expansão econômica e de grandes projetos que, diferentemente da Amazônia Ocidental, não proporcionaram a excessiva concentração econômica, urbana e demográfica na metrópole e seu entorno, mas pulverizaram a mão de obra, investimentos, capitais, redes técnicas etc., pelo interior da região, atendendo às estratégias de povoamento, de exploração de recursos e de integração econômica e territorial, estabelecidas pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX (Trindade Junior, 2010: 121).

Diferente das “cidades ribeirinhas”¹⁰ e das “cidades da floresta”¹¹, as “cidades na floresta” são caracterizadas por serem *“núcleos urbanos criados para atender aos ‘grandes objetos’ econômicos”* e que apresentam maior tendência *“a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica”* (Trindade Junior, 2010: 116 a 118).

¹⁰ Como cidades ribeirinhas, acompanho a conceituação oferecida por Trindade Junior (2010). Elas se apresentam como cidades com *“fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural. São exemplos disso, a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural). Por isso, são, a rigor: a) cidades pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial; b) localizadas às margens dos rios, e, em geral, de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água e, ainda, o tamanho de seu curso fluvial, sendo este, inclusive, um importante atributo fisiográfico a ser considerado; c) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto espacial onde se inserem, do padrão de seu ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais. Em decorrência destes últimos atributos, são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado maio técnico-científico informacional se faz presente de maneira muito tímida, se comparadas a outras cidades brasileiras e mesmo da região amazônica em específico”* (Trindade Junior, 2010: 118 a 119).

¹¹ As cidades da floresta são “pequenas cidades associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiram a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia” (Trindade Junior, 2010: 118).

Apesar da discussão proposta por Trindade Junior (2010) sobre cidades na floresta estar mais precisamente vinculada aos empreendimentos instalados a partir da década de 1960, suas observações trazem um importante referencial para refletir sobre as particularidades da instalação de empreendimentos em momentos anteriores, como os casos de Fordlândia e Belterra, e abrem espaço para pensar em outras áreas da região, localizadas fora do centro industrial privilegiado nas políticas econômicas da época, e que também vivenciaram experiências relacionadas ao processo de industrialização no Brasil.

De acordo com Loureiro (2002: 109), o percorrer do século XX marcou a Amazônia como “*terra da superabundância e o celeiro do mundo*”, como “*um lugar bíblico ao qual, no período de escassez, como ocorreu no passado, todos poderiam recorrer para dele sobreviver*”.

a história dos homens na Amazônia tem sido construída a partir de dois eixos norteadores, mas conflitantes: de um lado, a visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região; de outro, a violência cotidiana gerada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos – homem e natureza (Loureiro, 2002: 109).

Contudo, conforme a mesma autora em escritos mais recentes, é necessário compreender a outrocidade da Amazônia a partir do neocolonialismo em que a região vivencia com relação a outras regiões administrativas do Brasil (Loureiro, 2022).

A primeira consideração é a de que, como consequência de séculos de exploração e abusos, restou hoje uma estranha sensação de sermos estrangeiros: a sensação de vivermos num lugar desconhecido para nós, lugar onde o outro, o de fora, continua a nos apontar o tipo de cultura desejável para nós, aquilo que devemos valorizar, que coisas devemos explorar, a que sonhos devemos aspirar e o que devemos esperar como futuro. É essa pesada história de esmagamento da identidade cultural dos habitantes da região que nos faz sentir, hoje, como estrangeiros vivendo em nossa própria terra (Loureiro, 2002: 118).

Com isso, buscando fazer o exercício de direcionar um olhar arqueológico para as cidades operárias na atualidade, concordo que “*definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que consideram a relação das mesmas com seu respectivo entorno e com os processos que a região vivenciou a partir de sua efetiva integração nacional*” (Trindade Junior, 2010: 117).

Sob este aspecto, Trindade Junior (2010: 120) reitera a importância de observar as cidades na Amazônia no contexto da divisão territorial do trabalho e em consideração às características da região na dinâmica da modernização do território, onde prevalece “*uma diferenciação intrarregional a ser*

considerada, que referenda a forma desigual e diferenciada da difusão da modernidade no território brasileiro”.

Assim, pensar as dinâmicas das relações nas cidades da região ao longo do tempo permite que o olhar arqueológico sobre elas reflita a diversidade de sujeitos e a multiplicidade de identidades. Nesse aspecto, se faz fundamental a elaboração de estudos arqueológicos sobre o espaço e a paisagem que objetivem a construção de narrativas que sejam capazes de registrar, no contexto das cidades e nas transformações das relações sociais, a presença de uma diversidade de atores.

As preocupações sobre as cidades no contexto da Amazônia também se articulam com as perguntas centrais da Arqueologia Histórica e do Capitalismo que têm sido aprimoradas em discussões críticas acerca das transformações decorrentes da colonização e da expansão capitalista, com foco nas relações de poder e na possibilidade de alcançar vozes até então marginalizadas (Little, 1994; Funari, 2007; Silliman, 2020).

A partir da articulação de uma diversidade de fontes, os estudos em arqueologia histórica podem elucidar sobre a vida cotidiana dos sujeitos e, em especial, pode permitir a reconstrução de passados alternativos (Little, 1994; Beaudry, 2017), contribuindo para a percepção de como grupos historicamente negligenciados¹² nos documentos oficiais, negociaram e ampliaram seus espaços de movimentação e atuação, disputando caminhos para a resistência, mesmo quando sujeitos a processos de expropriação.

Diante de todo o exposto, os remanescentes industriais, percebidos ou não como patrimônio cultural, em especial os localizados na Amazônia, se apresentam de forma representativa como memória materializada das pressões, não tão recentes, mas que ainda permanecem a partir de forças políticas e econômicas, justificadas pelo desejo de alcançar um possível progresso para a região. Discurso que se atualiza constantemente e que a arqueologia também dispõe de ferramentas para problematizar e questionar.

¹² As pesquisas arqueológicas que buscam dar visibilidade para grupos historicamente negligenciados, encontram amparo nos estudos sobre a subalternidade, iniciados na Índia na década de 1980, e onde evidencia-se uma abordagem crítica na tentativa de superação daquelas abordagens pautadas nos reducionismos economicistas e deterministas, buscando dar conta de construir um esquema interpretativo mais complexo e que pudesse explicar, para o contexto indiano, as relações de poder entrecortadas por casta, gênero e classe. Se apresentam, como principal pesquisadora e pesquisadores do tema, Gayatri Spivak, Ranajit Guha e Dipesh Chakrabarty (Góes, 2015; Figueiredo, 2010)

PROJETOS INDUSTRIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO POTENCIAL PARA PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO SÉCULO XX

A instalação de vilas operárias e de cidades-empresas, ou “cidades na floresta”, como sugerido por Trindade Junior, (2010), pode ser pensada a partir da expansão da industrialização aprofundada na região Amazônica no decorrer do século XX. Além de Fordlândia e Belterra que já foram citadas neste texto, esta expansão pode ser ilustrada por uma série de empreendimentos instalados na região que não se caracterizam necessariamente como “cidades na floresta”, mas que ajudam a compreender os impactos que influenciaram e ainda influenciam a organização das comunidades nas cidades e o uso dos territórios.

Para evidenciar o potencial de pesquisa na região, apresento um levantamento de projetos industriais¹³ que foram divididos entre:

- Projetos de Mineração;
- Projetos Hidrelétricos;
- Projetos de Infraestrutura de Transportes; e,
- Setores Industriais.

Projetos de Mineração

Garimpo do Lourenço (Calçoene, Amapá)

A garimpagem realizada na região do “Lourenço”, hoje distrito no município de Calçoene, localizado ao norte do estado do Amapá, teve início na metade do século XIX e se mantém até os dias atuais, contando com infraestrutura para atendimento da população. Considerada “*uma das mais antigas frentes de mineração artesanal em operação no Brasil*”, abrigou também empresas que resgatam o histórico de operação aproveitando o conhecimento dos garimpeiros locais, muitos submetidos a trabalhos degradantes. Ainda hoje a região é palco de conflitos e risco ambiental (Chagas, 2019).

¹³ O levantamento de projetos industriais disponível neste artigo não foi realizado no sentido de esgotar os empreendimentos localizados na região, mas, sobretudo, está posto com o objetivo de ilustrar tipologias de empreendimentos que são emblemáticos para a região, sendo sujeito à constante atualização e acréscimos.

Projeto Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) (Amapá)

O projeto de extração de manganês no então Território Federal do Amapá foi conduzido pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) a partir do final da década de 1940, quando a empresa recebeu do governo brasileiro a autorização para pesquisar e explorar o minério pelo período de 50 anos. Tal atividade era considerada necessária para a perspectiva de desenvolvimento da região e foi estimulada pelo avanço das pesquisas para procura de ferro, impulsionadas em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

Dentre as estruturas que compõem o projeto (Figura 2), constam duas vilas industriais: a Vila Serra do Navio¹⁴ (Figura 3) e a Vila Amazonas; uma estrada de ferro com pontes para viabilizar a travessia de cursos d'água até o Porto de Santana; e a área de pesquisa e as minas (Figura 4).

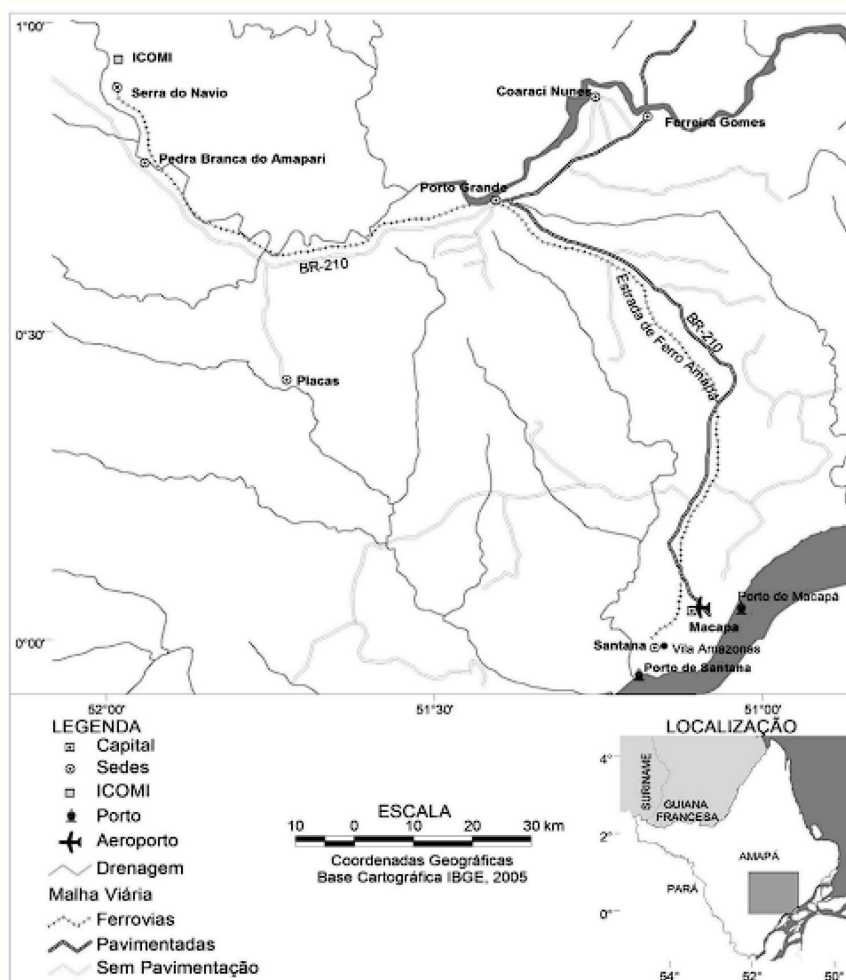


Figura 2: Mapa das estruturas vinculadas ao Projeto ICOMI. Retirado de Monteiro (2003: 122).

¹⁴ A Vila Serra do Navio foi tombada pelo IPHAN em reunião realizada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no ano de 2010.

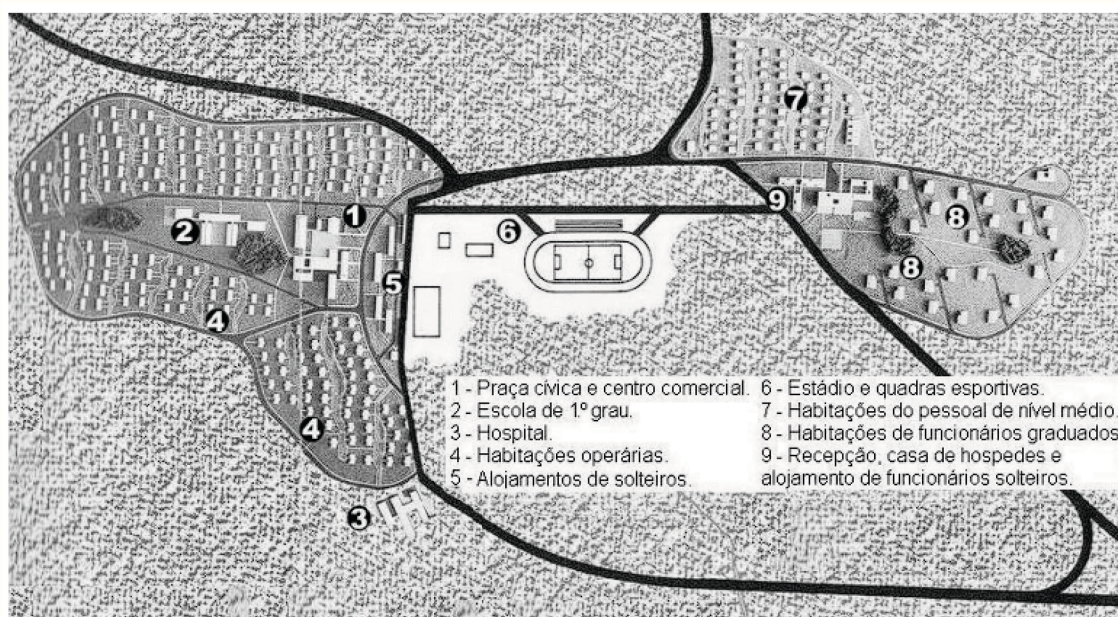


Figura 3: Vila Serra do Navio. Retirado de Monteiro (2003: 125).

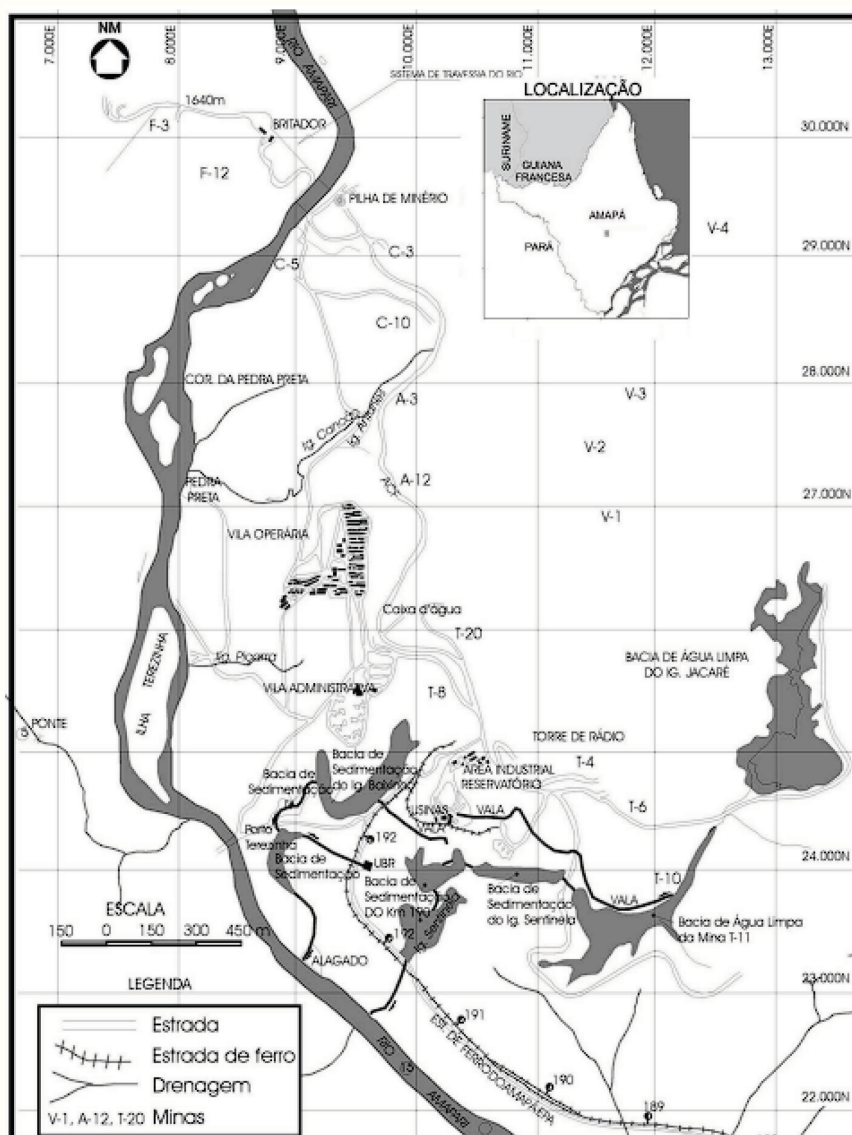


Figura 4: Mapa das minas de extração de manganês relacionadas ao Projeto ICOMI. Retirado de Monteiro (2003: 123).

Projeto Jari (Almeirim, Pará e Laranjal do Jari, Amapá)

O Projeto Jari Florestal e Agropecuária foi um empreendimento instalado entre os estados do Pará e do Amapá com o objetivo de produzir celulose. A fábrica está localizada no estado do Pará e a floresta de eucalipto, de onde é extraída a matéria-prima, no estado do Amapá. O Projeto Jari foi responsável pela migração de um grande contingente populacional para a região. Entre as estruturas construídas para atender ao projeto, estão uma estrada de ferro, a Vila de Monte Dourado, no Pará, com estrutura para abrigar os trabalhadores e Munguba, onde está localizada a área industrial. Já no estado do Amapá, os trabalhadores se abrigavam em estruturas precárias e improvisadas, formando povoados palafíticos desordenados conhecidos como Beiradão e Beiradinho (Camargo, 2015). De

acordo com Ferreira (2008) a população de Monte Dourado chegava a 8.500 pessoas na década de 1980, enquanto no Beiradão, a população chegava a 12 mil pessoas no mesmo período.

Serra Pelada (Curionópolis, Pará)

O garimpo de Serra Pelada (Figura 5) é considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo. O auge da extração do minério ocorreu no início da década de 1980 (Moura, 2008). De acordo com Mathis (1995), a população vinculada ao garimpo chegou a 80 mil pessoas no ano de 1983, sendo em maioria oriundas dos estados do Nordeste brasileiro, em especial Maranhão e Piauí. A história do garimpo em Serra Pelada é marcada por disputas entre garimpeiros, Estado e empresas privadas, sendo que as atividades foram encerradas no início da década de 1990.



Figura 5: Garimpo de ouro de Serra Pelada, Curionópolis (Pará). Foto de Sebastião Salgado (1986).
Disponível em: https://p1.liveauctioneers.com/6523/250292/129937033_1_x.jpg?quality=80&version=1653922401.
Acesso em dezembro de 2024

Pistas de Garimpo (Alta Floresta, Mato Grosso)

Assim como em Serra Pelada, o garimpo em Alta Floresta foi iniciado no final da década de 1970 e perdurou até o início de 1990. Devido as minas estarem localizadas em áreas de difícil acesso, a extração do minério exigia a abertura de vias e, principalmente, de pistas de pouso que viabilizaram

o acesso dos garimpeiros para a exploração. Em levantamento realizado por Miranda (1997) junto ao Sindicato dos Garimpeiros do Mato Grosso, consta a informação de que, no ano de 1988, havia 57 pistas de exploração de ouro e que era comum a instalação de vilas para abrigar os trabalhadores que chegavam aos locais.

Projetos Hidrelétricos

A Amazônia brasileira, a partir da sub-bacia conjugada do rio Amazonas, guarda o maior potencial hidrelétrico do país (ISA, 2020). O histórico de construção das usinas hidrelétricas (UHEs) na região evidencia, desde a década de 1970, um importante impacto sobre a biodiversidade local, além de ameaçar a organização e permanência das populações em seus territórios, o que já resultou na destruição do seu patrimônio cultural e de territórios sagrados (Pugliese Jr. e Valle, 2016).

Além de provocar deslocamentos e expulsões para viabilizar sua operação, esse tipo de empreendimento atrai um contingente populacional para trabalhar nas obras, gerando, como consequência, a necessidade de implantação de infraestrutura para abrigar os trabalhadores.

Considerando que o Relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2018), aponta para a bacia do rio Tapajós o maior número de UHEs planejadas para construção na região amazônica até o ano de 2050, faz-se necessário pensar em pesquisas que debatam a destruição do patrimônio arqueológico já existente, mas que também possam refletir sobre as construções relacionadas a esse tipo de empreendimento sob perspectiva arqueológica.

Como exemplos desse tipo de empreendimento, podemos mencionar a Hidrelétrica Coaracy Nunes, instalada no Rio Araguari, no estado do Amapá, em 1975; a Hidrelétrica Curuá-Una, instalada em 1977 no Rio Curuá-Una, no estado do Pará; a Hidrelétrica de Tucuruí, também localizada no estado do Pará e instalada em 1984 no Rio Tocantins (Figura 6); e, um dos exemplos mais emblemáticos, a Hidrelétrica de Belo Monte, instalada em 2016 no Rio Xingú, também no estado do Pará.



Figura 6: Vila Permanente, Hidrelétrica de Tucuruí (1980). Disponível em: <https://tucurui-forever.blogspot.com/2009/08/tudo-novo-denovo.html>. Acesso em dezembro de 2024

Projetos de Infraestrutura de Transportes

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Rondônia)

A Madeira-Mamoré Railway (EFMM), foi um projeto implantando entre os anos de 1907 e 1912 e operado até 1972. Foi um estratégico modal para o escoamento das matérias-primas extraídas da região Amazônica boliviana e brasileira, sobretudo, o látex. Este projeto foi o marco de fundação de várias cidades no estado de Rondônia, dentre elas, Porto Velho e Guajará-Mirim, os dois extremos da linha férrea, tendo sido a justificativa para a implantação de políticas de povoamento da região, além de ser incorporado dentre as ações para viabilizar a proteção da fronteira do Brasil com a Bolívia.

O Complexo da Estrada de Ferro é tombado pelo IPHAN desde 2008, e suas estruturas estão abertas para visitação pública desde 2024 (Figura 7).

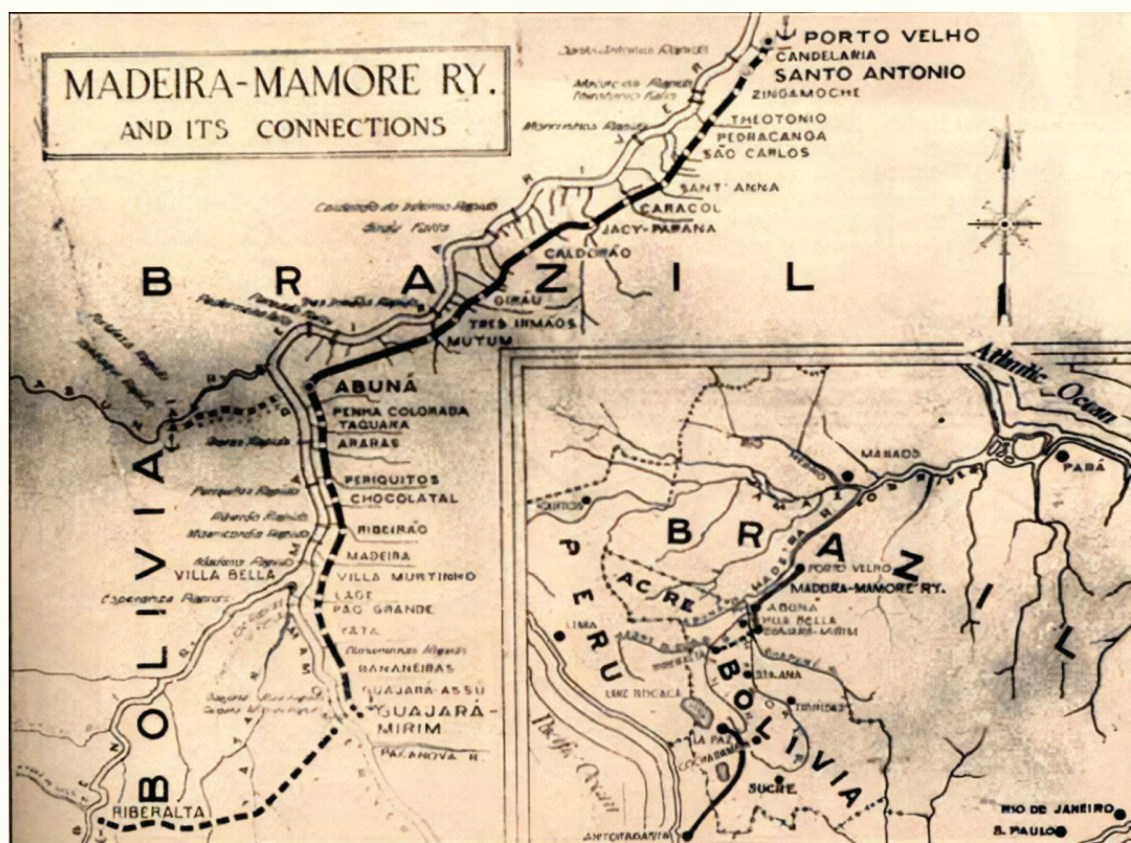


Figura 7: Mapa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/cronologia-Madeira-Mamore.shtml>. Acesso em dezembro de 2024

Estrada de Ferro de Bragança (Pará)

Com aproximadamente 230 km de extensão apenas no eixo principal, a Estrada de Ferro Belém-Bragança (Figura 8) foi inaugurada em 1884 e funcionou até 1966, estando conectada ao período do primeiro ciclo da borracha. Representou um modal importante no processo de povoamento e colonização do território relacionado à sua área de influência, tendo percebido um incremento populacional de aproximadamente 4 vezes entre 1872 e 1920 (Leandro e da Silva, 2012).

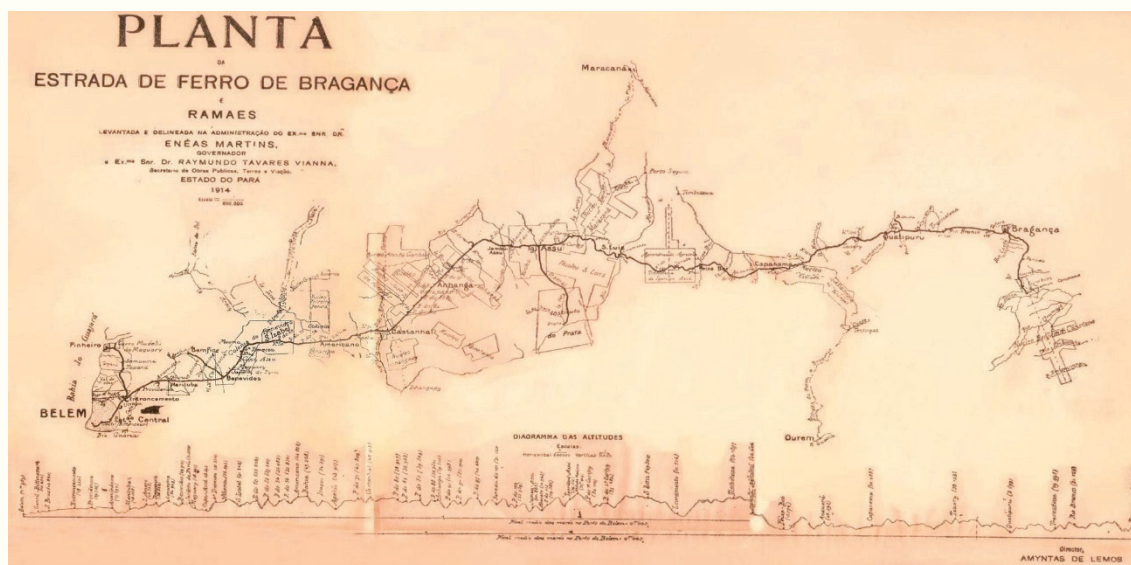


Figura 8: Planta da Estrada de Ferro de Bragança e Ramais. Disponível em: <https://belemtransito.medium.com/a-estrada-de-ferro-bel%C3%A9m-bragan%C3%A7a-95c653669bd9> . Acesso em dezembro de 2024

Programa de Integração Nacional

Na década de 1970, a preocupação com a segurança das fronteiras, a percepção de isolamento da Amazônia associada às noções de desenvolvimento e os interesses econômicos, nacionais e internacionais, contribuíram para a necessidade de construção de estradas que ligassem as capitais da região Norte do país às demais regiões.

Assim, o Programa de Integração Nacional (PIN) tinha como objetivo viabilizar a construção das estradas ao mesmo tempo em que justificava a implementação de uma política de colonização e apropriação do território baseada na ideia de Amazônia como vazio demográfico, visando atrair pessoas para a região.

De acordo com Correa Santos e De Souza Ribeiro (2022), o histórico de construção de estradas na Amazônia é sintomático do modelo de intervenção na região e se conecta a outros projetos industriais, agropecuários e minerários que precederam ou foram instalados simultaneamente, resultando em grande deslocamento de pessoas e alterações na dinâmica de ocupação e uso principalmente dos territórios localizados no entorno das obras de infraestrutura rodoviária. Somente na região da BR-153 (Belém-Brasília), por exemplo, cerca de 590 projetos foram aprovados entre os anos de 1966 e 1985.

Como parte do Programa, estão a BR-230 Transamazônica, a BR-163 Cuiabá-Santarém (Figura 9) e, somam-se a elas: a BR-165; a BR-174; a BR-319; a BR-364; a BR-236; a BR-406, a BR-317; a BR-401, a BR-210; e, a BR-307.

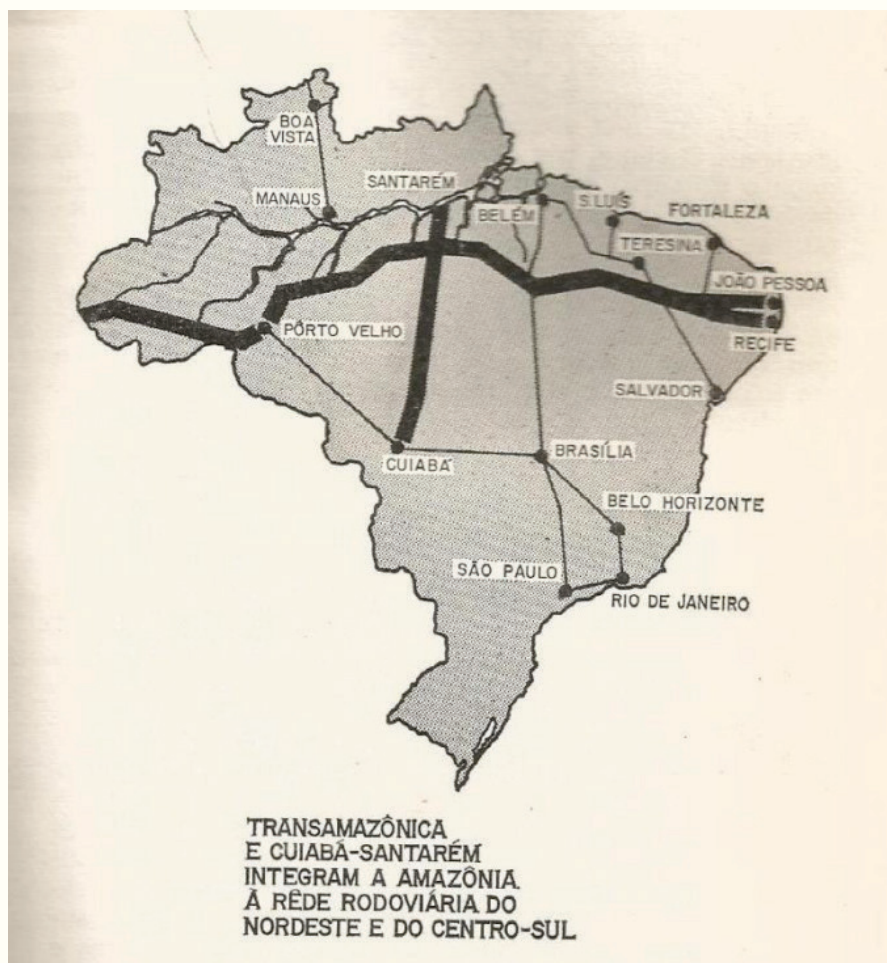


Figura 9: Mapa do Programa Nacional de Integração (1970). Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/>. Acesso em dezembro de 2024

Setor industrial

Zona Franca de Manaus (Manaus, Amazonas)

Assim como boa parte dos projetos industriais aqui mencionados, o Projeto da Zona Franca de Manaus, iniciado em 1957, foi orientado pelas políticas de desenvolvimento, povoamento e integração nacional organizadas pelo Estado brasileiro prioritariamente a partir da metade do século XX. O distrito seguia um modelo no qual empresas multinacionais podiam se instalar, negociar e importar livremente as matérias-primas necessárias para a sua produção final, atraindo comerciantes e impactando sobre as características populacionais da região (Correa Santos e De Souza Ribeiro, 2022).

CONCLUSÃO

Tomando como base a pesquisa de doutorado em desenvolvimento em Fordlândia e Belterra e nos dados arqueológicos já analisados em Ferreira e Allen (2024a, 2024b), como busquei enfatizar neste artigo, os remanescentes industriais localizados na Amazônia, mais especificamente aqueles que remetem ao século XX, evidenciam um interessante potencial de pesquisa arqueológica em contextos contemporâneos e podem contribuir para reflexões acerca das transformações vivenciadas na região, dando especial atenção às especificidades das cidades amazônicas e aos impactos do avanço do capitalismo sobre as paisagens e as comunidades locais em decorrência da implantação dos grandes empreendimentos.

Como exposto, os exemplos de projetos industriais levantados, e brevemente apresentados, estão longe de esgotar uma lista de locais potenciais para o desenvolvimento de pesquisa arqueológica¹⁵, mas ajudam a refletir e ampliar nossa visão para o desenvolvimento de estudos que contemplem contextos mais recentes.

Para esse tipo de pesquisa arqueológica, é fundamental o uso integrado de diferentes metodologias aliadas aos métodos já conhecidos e aplicados na arqueologia histórica. Como referencial na arqueologia histórica, Beaudry (2010: 144) se refere à micro-história como uma prática que permite às arqueólogas e aos arqueólogos históricos a adoção de uma “*postura exploratória (...) que permite examinar o evento de vários lados, explorando as múltiplas maneiras pelas quais diferentes indivíduos perceberam e reagiram a um evento*” e como uma alternativa para “*reconstruir biografias arqueológicas de indivíduos que, de outra forma, permaneceriam anônimos*”.

Sob essa ótica, a cartografia social (Acselrad, 2008) se apresenta como uma ferramenta importante para estudos arqueológicos desenvolvidos em contextos recentes, pois possibilita a identificação e a localização das áreas indicadas como de interesse pelas comunidades, e estimula o processo de criatividade, organização coletiva e o conhecimento sobre as paisagens, dando visibilidade às histórias e evidenciando as disputas que repercutiram nas possibilidades de acesso das pessoas e os usos que elas deram para os espaços.

A busca por metodologias participativas para a elaboração de mapas temáticos aprimora a representatividade das comunidades nos produtos cartográficos e viabiliza interpretações mais

¹⁵ Meneguello (2011: 1829) chama atenção para inexistência de um inventário nacional que contemple o “*vastíssimo patrimônio industrial brasileiro, com seus engenhos, minas, portos, ferrovias, moradias operárias, barragens e represas, complexos industriais do século XIX e também os mais recentes (o que inclui um vasto patrimônio arquitetônico moderno das décadas de 1930, 1940 e 1950, hoje igualmente ameaçado)*” e que permanece “*desconhecido, mal conhecido, ou desaparece a cada dia*”.

complexas sobre os contextos arqueológicos (Menezes e Fernandes, 2003; Oliveira, 2005; Duque e Mendes, 2006; Uller, 2010).

Nesse mesmo sentido, o uso de tecnologias integradas, como o georreferenciamento de bases cartográficas antigas associado aos métodos prospectivos não-intrusivos de geofísica (Alves, 1979; Aragão, et al., 2010; Allen, et al., 2017), pode contribuir para a identificação de áreas de interesse para a realização de intervenções arqueológicas e para a aplicação da sintaxe espacial (Hillier e Hanson, 1984, Hillier et al., 1993; Hillier, 2007; Hillier et al., 2012; e, Holanda, 2012), pode contribuir para a demonstração objetiva de como os “mecanismos de controle e poder” (Zarankin, 2002) podem ser percebidos por meio da análise das configurações urbanas observadas, especialmente, nas “cidades na floresta”, construídas prioritariamente para atender as demandas específicas dos projetos industriais.

Por fim, perspectivas de gênero na análise das paisagens industriais (Metheny 2010; Hardesty 2010; Delle e Levine 2010; Baugher 2010; e, Battle-Baptiste 2010) aplicadas em estudos que articulem raça, classe, entre outros marcadores, são fundamentais para questionar as desigualdades sociais e as diferenças percebidas através da análise dos dados arqueológicos, como nos casos analisados no contexto de Fordlândia e Belterra e demonstrados em Ferreira e Allen, 2024b.

Assim, a partir da arqueologia histórica, é possível vislumbrar a construção de passados alternativos, contribuindo para que seja percebida, no contexto dos projetos industriais, de que forma as pessoas negociaram e ampliaram seus espaços de movimentação e atuação.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ACSELRAD, H. (Org.). 2008. *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- ALBUQUERQUE, M. 2008. Arqueologia da Fortaleza São José de Macapá. *Revista da Cultura*, 8:40-46.
- ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V. 2010. Arqueologia Amazônica: o potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Orgs.). *Arqueologia Amazônica 2*. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, pp. 968-1019.
- ALLEN, S. J.; PORSANI, J. L.; POLUHA, B. 2017. Geofísica arqueológica no ambiente da Arqueologia Urbana: proposta metodológica para projetos públicos. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 235–254. DOI: 10.24885/sab.v30i1.510.
- ALVES, J. 1979. Métodos Geofísicos Aplicados à Arqueologia no Estado do Pará. Dissertação de Mestrado. Belém: Programa de Ciências Geofísicas e Geológicas, UFPA. 55 pp.
- ANDERSON, S. D.; MARQUES, F. L. T. 1992. Engenhos movidos a maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 8:295-301.
- ANDRADE, R. N. 2006. Defesa do Amazonas no Período Pombalino: uma visão arqueológica. In: Encontro Estadual de História UFRPE. Recife: UFRPE, pp. 1-12.
- ARAGÃO, R. da C.; LUIZ, J. G.; LOPES, P. R. do C. 2010. Metodologia geofísica aplicada ao estudo arqueológico dos sítios Bittencourt e Jambuaçu, Estado do Pará. *Revista Brasileira De Geofísica*, 28(2), 249–263. DOI: [10.1590/S0102-261X2010000200009](https://doi.org/10.1590/S0102-261X2010000200009).
- AZEVEDO, E. 2010. Patrimônio industrial no Brasil. *USJT - Arq.Urb*, n. 3, jan.-jun. Disponível em: https://www.usjt.br/arq.urb/numero_03.html. Acesso em: 20 jun. 2019.
- BARRETO, M. V. 1992. História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, Belém, v. 8, n. 2, p. 203-294. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/515>.
- BATTLE-BAPTISTE, W. 2010. “Sweepin’ Spirits: Power and Transformation on the Plantation Landscape.” In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. (Eds.). *Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes*. New York: Springer, pp. 81-94. DOI: [10.1007/978-1-4419-1501-6_4](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-1501-6_4).
- BAUGHER, S. 2010. “Sailors’ Snug Harbor: A Landscape of Gender and Power.” In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. (Eds.). *Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes*. New York: Springer, pp. 165-187. DOI: [10.1007/978-1-4419-1501-6_8](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-1501-6_8).
- BEAUDRY, M. C. 2010. “Stitching Women’s Lives: Interpreting the Artifacts of Sewing and Needlework.” In: BEAUDRY, M. C.; SYMONDS, J. (Eds.). *Interpreting the Early Modern World: Transatlantic Perspectives*. New York: Springer US, pp. 143-158. DOI: [10.1007/978-0-387-70759-4_7](https://doi.org/10.1007/978-0-387-70759-4_7).
- BEAUDRY, M. C. 2017. Documentary Archaeology: Dialogues and Discourses. In: SYMONDS, J.; HERVA, V.-P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Historical Archaeology*. Oxford: Oxford University Press. DOI: [10.1093/oxfordhb/9780199562350.013.3](https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199562350.013.3).
- BENAVIDES, H. O. 2011. “Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana.” *Revista Terceiro Incluído: Transdisciplinaridade & Educação Ambiental*, 1(2): 164-192. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17779>.

- CAMARGO, M. L. G. de. 2015. *O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122015-145826/>.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; PONTE, J. P. X.; VENTURA NETO, R. da S.; RODRIGUES, R. M. 2020. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. *urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12: e20190275. DOI: [10.1590/2175-3369.012.e20190275](https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275).
- CASTRIOTA, L. B. 2009. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: IEDS.
- CHAGAS, M. A. 2019. A geopolítica do garimpo do Lourenço, norte do Amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 39, p. 1–18. DOI: [10.5216/bgg.v39i0.55253](https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55253).
- CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (Orgs.). 2012. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadX.
- CORREA SANTOS, R.; DE SOUZA RIBEIRO, O. 2022. A Amazônia entre os anos 1964 a 1970: apontamentos sobre as primeiras intervenções do autoritarismo. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, v. 22, n. 1, p. 03–22. DOI: [10.69696/somanlu.v22i1.10766](https://doi.org/10.69696/somanlu.v22i1.10766).
- COSTA, D. M. 2016a. Archaeology of the African Slaves in the Amazon. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5:198-221.
- COSTA, D. M. 2016b. Arqueologia dos Africanos Escravos e Livres na Amazônia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 10:69-91.
- COSTA, D. M. 2017. Arqueologia Histórica Amazônica: entre sínteses e perspectivas. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 154–174. DOI: [10.24885/sab.v30i1.506](https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.506).
- COSTA, L. D. de A. 2018. Arqueologia e Etnicidade: o estudo de cachimbos de barro na Amazônia Colonial (Séc. XVIII e XIX). Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6438731.
- CRISPINO, L. C. B.; BASTOS, V. B.; TOLEDO, P. M. de. 2006. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi. Aspectos históricos e iconográficos*. Belém: Paka-tatu.
- DELLE, J. A.; LEVINE, M. A. 2010. “Remembering the Women of Vine Street: Archaeology and Historic Preservation of an Urban Landscape in Lancaster, Pennsylvania.” In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. (Eds.). *Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes*. New York: Springer, pp. 113-138. DOI: [10.1007/978-1-4419-1501-6_6](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-1501-6_6).
- DUQUE, R. C.; MENDES, C. L. 2006. *O Planejamento Turístico e Cartografia*. Campinas: Alínea.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética (Brasil). 2007. Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: MME: EPE. 454p. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-165/topico-173/PNE%202030%20-%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20Hidrel%C3%A9trica.pdf>.
- FERREIRA, D. A.; ALLEN, S. J. 2024a. Um olhar arqueológico sobre as paisagens industriais de Fordlândia e Belterra na Amazônia Paraense. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e024001. DOI: [10.20396/rap.v19i00.8671445](https://doi.org/10.20396/rap.v19i00.8671445).

- FERREIRA, D. A.; ALLEN, S. J. 2024b. Flor no Seringal: arqueologia na paisagem de transição entre “menina”, “moça”, “rainha do lar” e “mulher solteira” na cidade operária da Ford, Belterra. In: HISSA, S.; PY-DANIEL, A.; JÁCOME, C. (Orgs.). *Arqueologias Históricas nos rios Tapajós, Trombetas e Amazonas*. Curitiba: Editora Appris, p. 113-155.
- FERREIRA, R. C. M. 2008. Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana, planejamento e políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Macapá: Universidade Federal do Amapá.
- FUNARI, P. P. 2007. Teoria e a Arqueologia Histórica: A América Latina e o Mundo. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 50–58. DOI: 10.31239/vtg.v1i1.10734.
- GALÚCIO, A. V.; PRUDENTE, A. L. (Orgs.). 2019. Museu Goeldi, 150 anos de ciência na Amazônia. *Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi*.
- GOMES, D. M. C. 2020. História da Arqueologia Amazônica no Museu Nacional: diferentes narrativas. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 03–27. DOI: 10.24885/sab.v33i1.694.
- GOMES, N. 2024. Arqueologia, etnografia e multivocalidades: percepções sobre o patrimônio arqueológico em uma escavação no Centro Histórico de Belém. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(1), e20220091. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2022-0091.
- GOMES, R. N. D. C. 2013. Arqueologia e Cultura Material - Uma História contada em cacos de vidros e louças da Vila de Santo Antônio (Porto Velho - RO). Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA.
- HARDESTY, D. L. 2010. “Gendering Mining Landscapes.” In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. (Eds.). *Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes*. New York: Springer, pp. 293-310. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6_13.
- HILLIER, B.; HANSON, J. 1984. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HILLIER, B.; PENN, A.; HANSON, J.; GRAJEWSKI, T.; XU, J. 1993. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 20, n. 1, p. 29-66.
- HILLIER, B. 2007. *Space is the machine: configurational theory of architecture*. London: UCL.
- HILLIER, B.; YANG, T.; TURNER, A. 2012. Normalising least angle choice in Depthmap and how it opens new perspectives on the global and local analysis of city space. *Journal of Space Syntax*, 3, 155–193.
- HOLANDA, F. R. B. de M. 2012. *Ordem e desordem: arquitetura e vida social*. Brasília: EdUnB.
- ISA. Instituto Socioambiental. 2020. Placar de Unidades de Conservação. Pará - Belém do Pará. Disponível em: <https://widgets.socioambiental.org/placar/ucs/674>.
- KÜHL, B. M. 2006. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. Patrimônio: *Revista Eletrônica do Iphan*, Brasília, v. 4. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>.
- KÜHL, B. M. 2008. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. Cotia: Ateliê Editorial.
- KÜHL, B. M. 2010. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Arq.urb: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, vol. 3.
- LEANDRO, L.; SILVA, F. 2013. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. *Novos Cadernos NAEA*, 15(2). DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i2.578>.

- LEONE, M. P. 1984. “Interpreting ideology in historical archaeology: using the rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis.” In: MILLER, D.; TILLEY, C. (Eds.). *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 25-36. DOI: 10.1017/CBO9780511897443.004.
- LEONE, M. P.; PARKER B.; POTTER JR.; SHACKEL, P. A. 2021. “Rumo a uma arqueologia crítica.” *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 15(2): 141-174. DOI: 10.31239/vtg.v15i2.35411.
- LIMA, Z. E. A. 2019. A patrimonialização de Company Towns: o caso de Fordlândia e Belterra. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belém: Universidade Federal do Pará.
- LINO, B. D. B.; ANDRADE, M. N. de. 2023. Arqueologia da repressão e da resistência: materialidades e memórias da Casa das Onze Janelas no contexto da Ditadura Militar em Belém/PA. *Revista Arqueologia Pública*, 18(00), e023006. DOI: 10.20396/rap.v18i00.8672778.
- LITTLE, B. J. 1994. “People with history: An update on historical archaeology in the United States.” *Journal of Archaeological Method and Theory*, 1: 05-40. DOI: 10.1007/BF02229422.
- LOPES, P. R. D. C. 1999. O contexto e o espaço da missão religiosa de Santo Antônio em Joanes, na ilha de Marajó - um estudo arqueológico. *Clio Série Arqueológica*, pp. 67-74.
- LOPES, R. C. D. S. 2011. “Indigitado estrupício”: Arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio (Belém-Pará). *Amazônica*, 3:370-390.
- LOPES, R. C. D. S. 2013. O Melhor Sítio da Terra: Colégio e Igreja dos Jesuítas e a Paisagem da Belém do Grão-Pará. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA.
- LOUREIRO, V. R. 2002. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos avançados, 16(45): 107-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzYjwpvT3vxySGCnwpK6BDw/?format=pdf>.
- LOUREIRO, V. R. 2022. *Amazônia: colônia do Brasil*. Manaus: Editora Valer.
- LUCENA, V. 1993. O Forte de Óbidos, uma unidade de defesa na conquista do Norte do Brasil: um projeto de pesquisa. *Revista de Arqueologia*, 8:303-319.
- MAGALHÃES, M. P. 2006. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 1:33-59.
- MARQUES, F. L. T.; MALHEIRO, M. V. P. [s/d]. Arqueologia na área do Forte do Castelo: possibilidades de pesquisa. In: *Resumos Expandidos*, pp. 45-47.
- MARTINS, I. F. de O. 2015. Arqueologia e Etnicidade na Amazônia Oriental: O caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2619845.
- MATHIS, A. 1995. Serra Pelada. Papers do NAEA, n. 050. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/download/11954/8270>.
- MCGUIRE, R. 2008. *Archaeology as a political action*. London: University of California Press.
- MENEGUELLO, C. 2011. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH.
- MENEGUELLO, C. 2012. Urban voids and industrial heritage in large Brazilian cities. *Patrimoine de L'Industrie*, v. 28, p. 20.

- MENESES, U. T. B. de. 1988. Patrimônio industrial e política cultural. In: Anais. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_34_1471242_PatrimonioIndustrialEPoliticaCultural.pdf.
- MENEZES, P. M. de; FERNANDES, M. do C. 2003. Cartografia turística: novos conceitos e antigas concepções ou antigos conceitos e novas concepções. In: *XXI Congresso Brasileiro de Cartografia*, Belo Horizonte.
- MIRANDA, J. A. 1997. *A produção do ouro no Estado de Mato Grosso*. Campinas: Unicamp.
- MORAES, I. P. D. 2012. Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA). Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA.
- MONTEIRO, M. de A. 2003. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*, v. 6, n. 2, p. 113-168. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/90/141>.
- MOURA, S. T. 2008. Serra Pelada: experiência, memórias e disputas. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC-SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13071/1/Salvador%20Tavares%20de%20Moura.pdf>.
- OLIVEIRA, I. J. 2005. A cartografia aplicada ao planejamento do turismo. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 25, n. 1-2, p. 29-46.
- PEREIRA, E. 2009. O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008). *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4(1), 171–190. DOI: 10.1590/S1981-81222009000100014.
- PUGLIESE JR., F. A.; VALLE, R. B. M. 2016. Sobre sítios arqueológicos e lugares significativos: impactos socioambientais e violações dos direitos culturais dos povos indígenas e tradicionais pelos projetos de usinas hidrelétricas na bacia do rio Tapajós. In: ALARCON, D.; MILIKAN, B.; TORRES, M. (Orgs.). *Ocekadí: hidrelétricas, conflitos ambientais e resistência na bacia do Tapajós*. Brasília: International Rivers Brasil; Santarém: UFOPA.
- PY-DANIEL, A. R.; O'DYWER, E. C.; MORAES, C. de P.; MOREIRA, C. dos S.; PINTO, R. dos S.; PINTO, E. dos S. 2023. Dinâmicas de ocupação da região do Rio Ituqui/Paraná do Maicá, Santarém/PA: 8000 anos até o presente. *Revista Arqueologia Pública*, 18(00), e023007. DOI: 10.20396/rap.v18i00.8673267.
- ROCHA, B.; JÁCOME, C.; STUCHI, F.; MONGELÓ, G.; VALLE, R. 2013. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, 26(1): 130-140. DOI: 10.24885/sab.v26i1.373.
- RODRIGUES, A. R. 2011. Estudo sobre o patrimônio industrial de uso fabril na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). São Paulo: FAU-USP.
- RODRIGUES DA SILVA, R. A. 2018. O patrimônio industrial brasileiro: reflexões à memória e história do século XX. In: MIGLIORINI, J. M. (Org.). *Sítios históricos e centros urbanos*. Ponta Grossa: Atena Editora.
- SANJAD, N. R. 2005. A Coruja de Minerva - O Museu Paraense entre o império e a República, 1866-1907. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- SANTOS, T. P. 2023. Das potencialidades e de desafios: a problemática do esquecimento estabelecida no descaso com os cemitérios históricos em Manaus. *Revista Arqueologia Pública*, 18(00), e023002. DOI: 10.20396/rap.v18i00.8671966.

- SEABRA, A. C. de S.; PINA, A. D. de V. 2023. A (re)utilização das garrafas de vidro do edifício histórico solar da beira em Belém-PA. *Revista Arqueologia Pública*, 18(00), e023005. DOI: 10.20396/rap.v18i00.8673271.
- SILLIMAN, S. W. 2020. Colonialism in Historical Archaeology. A review of issues and perspectives. In: ORSER, C.; ZARANKIN, A.; FUNARI, P. P.; LAWRENCE, S.; SYMONDS, J. (Eds.). *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology*. Oxon: Routledge, p. 41-60.
- SILVA, F. 2011. Arqueologia como tradução do passado no presente. *Amazônica*, 2(2): p.260-267. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v3i2.768>.
- SOARES, F. C. 2023. A importância do passado: arqueologia como Ação Política. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 17, n. 2, p. 1–24. DOI: 10.31239/vtg.v17i2.46631.
- SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, D. M. C. 2012. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, 20:53-90.
- TAVARES, J. R. P.; SANTI, J. R. 2023. Matzévet Kevurát: as lápides do Cemitério da Candelária, Porto Velho – RO. *Revista Arqueologia Pública*, 18(00), e023010. DOI: 10.20396/rap.v18i00.8673095.
- TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. 2003. Carta de Nizhny Tagil. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/>.
- TRINDADE JUNIOR, S. C. 2010. “Cidades na floresta: os 'grandes objetos' como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.” *Revista IEB*, 51: 113-138. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/34662/37400>.
- ULLER, A. S. 2010. Cartografia Turística: uma leitura dos mapas temáticos de uso do turista em Ponta Grossa – Paraná. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP.
- ZARANKIN, A. 2002. Paredes que Domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp.
- ZARANKIN, A.; PELLINI, J. R. 2012. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, 25(2), 44–60. DOI: 10.24885/sab.v25i2.354.